



**IGEPP**

---

Instituto de Gestão  
Economia e Políticas Públicas

---

# POLÍTICAS PÚBLICAS

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças Rua



## Descentralização no “Novo Federalismo” brasileiro: dois problemas

1-Um amplo processo de descentralização, em termos financeiros e políticos, sem sustentação na capacidade administrativa.

2-A criação de um modelo predatório e não-cooperativo de relações intergovernamentais, com predomínio do componente estadualista → tem afinidade com a descentralização: reforçar os governos subnacionais, obtendo uma autonomia inédita.

## Municipalismo autárquico

- Cada qual defende seu município como uma unidade legítima e separada das demais, sem perceber os problemas comuns em termos “micro” e macrorregionais.
- Incentivo à “prefeiturização” → os prefeitos se tornam os principais atores do jogo local e intergovernamental.
- Desestímulo a uma visão cooperativa → municípios concorrem entre si pelo dinheiro público de outros níveis de governo, lutam predatoriamente por investimentos privados e muitas vezes repassam custos a outros entes

Descentralização marcada pela intensa metropolização do país → problemas sociais se agigantaram

A estrutura financeira e político-jurídica instituída pela Constituição de 1988 não favorece a solução desse problema

→ Prevaleceu o municipalismo em detrimento das formas compartilhadas de gestão territorial.

Descentralização convive com sobrevivência de resquícios culturais e políticos anti-republicanos no plano local → permanência de oligarquias e/ou de comportamentos oligárquicos

Indefinição das competências dos Estados e da maneira como se relacionariam com os outros níveis de governo → governadores adotaram uma posição “flexível” → quando as políticas tinham financiamento da União, eles procuravam participar; caso contrário, eximiam-se de atuar ou repassavam as atribuições para os governos locais.

Grande parcela dos encargos foi assumida pelos municípios → de modo desorganizado na maioria das políticas - a grande exceção foi a área de saúde.

→ Inflação crônica → tornava mais instável o repasse de recursos, dificultando uma assunção programada das atribuições por parte dos governos locais.

Governos estaduais e municipais reagem → inverte-se a lógica → a descentralização depende agora da adesão dos níveis de governo estadual e municipal.

Abrucio → O principal problema da descentralização ao longo da redemocratização foi o federalismo compartimentalizado, em que cada nível de governo procurava encontrar o seu papel específico e não havia incentivos para o compartilhamento de tarefas e a atuação consorciada.

## Desafios da descentralização de políticas públicas:

(i) as enormes desigualdades entre estados e municípios, tanto em termos das suas necessidades quanto em termos dos recursos fiscais disponíveis para atendê-las, restando o papel estratégico do governo federal para tentar compensar essas diferenças;

(ii) sistemas municipais de políticas sociais com pouca ou nenhuma articulação regional, levando a ineficiências diversas;

(iii) a escassez de canais efetivos de participação na formulação de políticas nos governos subnacionais – a estrutura de Conselhos precisa ter mais efetividade



## Desafios da descentralização de políticas públicas:

iv) faltam mecanismos de avaliação e monitoramento dos programas, que dariam visibilidade aos resultados alcançados;

(v) federalismo predatório → precisa mudar o comportamento das instituições e dos atores políticos, tornando o federalismo brasileiro mais cooperativo e menos competitivo – pois *“A cooperação concreta entre os entes federados, que estabeleceria o grau de complementariedade necessário para fortificar o sistema federativo, deixou muito a desejar”*

ABRUCIO → Essencial → coordenação intergovernamental: formas de integração, compartilhamento e decisão conjunta presentes nas federações.



**IGEPP**

---

Instituto de Gestão  
Economia e Políticas Públicas

---